

26/04/2019 - 05:00

Rio se inspira em SP e quer classificar contribuinte do ICMS por perfil de risco

Por **Rodrigo Carro**

O Executivo do Rio de Janeiro prepara projeto de lei que cria um sistema de classificação de contribuintes de ICMS por perfil de risco, nos moldes do modelo já adotado pelo governo do Estado de São Paulo. A proposta está prevista para ser encaminhada à Secretaria da Casa Civil em meados do mês que vem, informou ao **Valor** o titular da Fazenda fluminense, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, que ocupou o mesmo cargo em São Paulo no ano passado.

A classificação de acordo com o perfil de risco é parte de um pacote maior de simplificação tributária que está em discussão com o governador Wilson Witzel (PSC). "É [algo] semelhante a um cadastro positivo. Ou seja: a gente estabelece critérios absolutamente objetivos para mensurar o comportamento do contribuinte de ICMS. E classifica esse contribuinte, tendo como base esses critérios objetivos, numa graduação", explicou o secretário.

Segundo Carvalho, o objetivo é identificar "bons" e "maus" contribuintes por meio de critérios objetivos especificados em lei. "Para os bons contribuintes, a gente oferece algumas contrapartidas no sentido de simplificação ainda maior da legislação. Afinal de contas, eles se comportam bem e a gente pode reduzir a quantidade e o grau dos controles", esclareceu o titular da Fazenda estadual.

"[Para] os maus contribuintes, a gente consegue prever na lei uma série de medidas de força, regimes especiais de ofício, para maior controle e maior efetividade das nossas ações de cobrança, por exemplo", acrescentou ele.

A expectativa dele é que o projeto de lei de autoria do Executivo seja encaminhado no próximo mês à Casa Civil para avaliação. Em São Paulo, a Lei de Estímulo à Conformidade Tributária - vigente desde maio do ano passado - estabelece a segmentação de contribuintes de ICMS em sete categorias distintas, conforme o seu perfil de risco. Carvalho esteve à frente da Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo durante a gestão do governador Márcio França (PSB), em 2018.

Como forma de ampliar a arrecadação do Estado, a Secretaria da Fazenda vem apertando a fiscalização sobre a base de contribuintes suspeitos de irregularidades ou que apresentam débitos com o fisco fluminenses. Num dos desdobramentos mais recentes dessa política, a secretaria suspendeu as inscrições estaduais de 146 empresas de diversos segmentos econômicos localizadas fora do Estado do Rio de Janeiro que estão com débitos de ICMS.

Apesar de estarem sediadas fora do Estado, as empresas recebem um número de inscrição estadual para facilitar o recolhimento de ICMS. A secretaria proibiu passagem dos caminhões desses contribuintes por três barreiras fiscais de entrada no Estado. A dívida estimada dessas companhias era de quase R\$ 47 milhões em 2018.

PREVIDÊNCIA Se o Centrão levar adiante desidratação da PEC, valor pode ser reduzido em um terço

Estimativa de economia com a reforma sobe a R\$ 1,236 trilhão

IDIANA TOMAZELLI,
ADRIANA FERNANDES E
LORENNNA RODRIGUES
Estadão Conteúdo, Brasília

O governo elevou sua estimativa de economia com a reforma da Previdência para R\$ 1,236 trilhão em uma década, mas corre o risco de perder um terço disso já na largada das negociações, caso o Centrão leve adiante sua estratégia de desidratação do texto. Os pontos que estão na mira do bloco, que hoje é a principal força política no Congresso Nacional, somam ao menos R\$ 308,6 bilhões.

A exclusão desses trechos deixaria a reforma com um impacto de R\$ 928 bilhões, um pouco acima do que o presidente Jair Bolsonaro disse ser o "limite" que o ministro da Economia, Paulo Guedes, topa aprovar. Esse novo piso seria de R\$ 800 bilhões em dez anos, segundo Bolsonaro. O ministro, por sua vez, tem falado na necessidade de uma economia de ao menos R\$ 1 trilhão.

O aumento na previsão do impacto da reforma que está no Congresso para R\$ 1,2 trilhão abre um espaço maior de negociação do governo com os parlamentares, principalmente dos pontos sobre os quais há consenso de que vão sair do texto, como as mudanças na aposentadoria ru-



Rogério Marinho deu ontem detalhes sobre a economia esperada com a reforma

Com revisão de parâmetros na LDO e sem aumento do mínimo, economia prevista subiu

mal e no BPC.

Algumas legendas também miram a proposta de restringir o pagamento do abono salarial a quem ganha até um salário mínimo (o corte hoje é até dois salários), que tem impacto de R\$ 169,4 bilhões em dez anos. Outros partidos querem mexer na regra da reforma para professores, que gera economia de R\$ 12 bilhões para o INSS,

mas teria impacto bem mais significativo nas contas de Estados e municípios.

Com uma maior "gordura", o governo poderia flexibilizar esses pontos, conciliando a negociação com o Congresso e o objetivo de Guedes. Na entrevista para detalhar os dados, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, reforçou que o governo vai defender

aos parlamentares a proposta "na sua integralidade".

Revisão

Quando apresentou a proposta de reforma da Previdência, o governo estimou uma economia de R\$ 1,072 trilhão em dez anos, mas os cálculos levavam em conta ainda os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 - o que incluía a premissa de reajuste real do salário mínimo nos próximos dois anos. Agora, porém, o governo já apresentou seu projeto para a LDO 2020, com revisão nos parâmetros e sem perspectiva de aumento real no piso dos trabalhadores (que é a base para dois terços dos benefícios do INSS).

A mudança nos parâmetros fez com que a economia esperada com a reforma ficasse maior. Também pesou o fato de que a equipe antes vinha considerando nos cálculos a hipótese de as novas regras valerem já para o ano todo de 2019, o que já não é mais possível. Por isso, os técnicos passaram a estimar o impacto para o intervalo de 2020 a 2029. Com a exclusão de um ano com impacto menor (2019), pois a reforma surte efeito menor no curto prazo, e a inclusão de um ano com economia maior (2029), o valor total cresceu a R\$ 1,236 trilhão.

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@predebahia.com.br

**Nova projeção
foi apresentada
ontem pelo
governo**

A economia com a proposta de reforma da Previdência subiu de R\$ 1,072 trilhão para R\$ 1,236 trilhão em dez anos. O valor foi divulgado pelo Ministério da Economia, ontem, junto com o detalhamento dos dados de impacto da reforma por área. Os números apresentados pelo governo não incluem as mudanças na aposentadoria dos militares.

De acordo com os dados, a maior parte da economia virá com a reforma para os trabalhadores do regime geral, que paga os benefícios do INSS: R\$ 807,9 bilhões em uma década. Já as alterações nas regras do regime de aposentadoria dos servidores públicos vai gerar para a União uma economia de R\$ 224,5 bilhões. O número é maior que o divulgado anteriormente, de R\$ 202 bilhões. Dentro do INSS, a maior parte da economia virá com a mudança nas regras de aposentadoria por tempo de contribuição, que é R\$ 432,9 bilhões.

**●● A minha
antipatia pelo
governo é menor
do que a minha
responsabilidade
com a reforma
Marcelo Ramos**

Deputado e presidente da comissão especial da reforma da Previdência

integralidade do projeto. Essa comissão vai analisar o mérito da matéria, podendo alterar o texto enviado pelo Executivo. "O projeto que nós apresentamos é o que vamos defender na comissão especial na sua integralidade", afirmou Marinho.

COMISSÃO ESPECIAL

Após ser eleito por 40 votos para presidir a comissão especial da Câmara dos Deputados que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência (PEC 6/19), o deputado Marcelo Ramos (PR-AM) disse ontem que a reforma é necessária, pois o Brasil precisa de um ajuste fiscal, mas que a proposição precisa ser "calibrada" porque o ajuste "não pode ser tão pesado para as pessoas mais humildes".

"Espero que o esforço na comissão seja de encontrar essa calibragem para que o projeto que chegue ao plená-

Reforma trará economia de R\$ 1,236 trilhão



O deputado Marcelo Ramos (à esquerda) foi eleito ontem para presidir a comissão especial da Câmara

rio simbolize a média do pensamento do povo brasileiro representado na legitimidade de cada um dos deputados e deputadas", afirmou Ramos.

Ramos afirmou que as mudanças no texto original enviado pelo governo são inevitáveis porque parte dos partidos já decidiu pela retirada dos pontos que tratam da aposentadoria rural, do benefício pago a idosos miseráveis (BPC) e a aposentadoria de professores.

Na reunião de instalação do colegiado, Ramos designou o relator Samuel Moreira (PSDB-SP). Segundo o relator, seu desafio será conciliar a equação entre o déficit fiscal das contas públicas com a responsabilidade social de garantir a aposentadoria dos idosos no futuro.

Na comissão especial, será examinado o mérito da proposição. Essa comissão terá o prazo de 40 sessões do plenário, a partir de sua formação, para aprovar um parecer. Somente na comissão especial poderão ser apresentadas emendas, com o mínimo de 171 assinaturas de deputados cada uma, no prazo de dez sessões do plenário.

Após a publicação do parecer e intervalo de duas sessões, a proposta será incluída na ordem do dia do plenário, onde será submetida a dois turnos de discussão e votação.

Bolsonaro: Guedes aceita até o limite de R\$ 800 bi

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceita até o limite de R\$ 800 bilhões em economia com a reforma da Previdência em dez anos. O ministro vem, desde a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, defendendo um mínimo de economia de R\$ 1 trilhão. Mas, segundo Bolsonaro, para aprovar a reforma, com os ajustes defendidos no Congresso, ele aceita baixar esse valor até esse limite.

"Se a reforma da Previdência não der certo, o caos vai se instalar. Sem a reforma, ninguém mais vai confiar no Brasil", disse o presidente, durante café da manhã com jornalistas. "Uma economia abaixo de R\$ 1 trilhão, nós vamos ficar como a Argentina. O Paulo Guedes diz que o limite é R\$ 800 bilhões", completou.

Bolsonaro disse que o placar da aprovação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara o "surpreendeu positivamente", mas se queixou sobre o mercado ainda ver incerteza mesmo depois da aprovação



Ministro Paulo Guedes

do texto na comissão. Ainda sobre a reforma, o presidente voltou a dizer que "a bola está com o Parlamento", mas que tem gente que acha que o governo deve interferir. "Vamos mapear os parlamentares e fazer um trabalho em cima deles".

Ele afirmou ainda que a Câmara é "soberana" para fazer alterações na proposta de reforma da Previdência "que melhor atendam às necessidades de todos", mas ponderou que a economia que o governo pretende ter com as mudanças é "importante". Bolsonaro também afirmou esperar que a reforma passe da "forma mais próxima" da que foi encaminhada ao Congresso.

As mudanças na regra de pensão por morte economizaria R\$ 111,7 bilhões. Na proposta do governo, a pensão deixaria de ser integral, e cai para 60% mais 10% por dependente. Já as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) terá economia de R\$ 34,8 bilhões, enquanto as alterações para os trabalhadores rurais o alívio projetado é de R\$ 92,4 bilhões. Esses pontos são os mais criticados dentro do Congresso e devem ser alterados pelos parlamentares.

A restrição do acesso ao abono salarial (PIS) para quem ganha um salário mínimo - hoje são dois salários - vai resultar numa redução de despesas de R\$ 169,4 bilhões em dez anos. Esse é outro ponto que os parlamentares querem derrubar.

O secretário de Previdência, Rogério Marinho, disse que as projeções de economia subiram por dois motivos. Primeiro, porque os dados atuais foram feitos com base no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020. Quando a proposta da reforma foi fechada, os parâmetros usados eram da LDO de 2019. Além disso, o governo passou a considerar a economia de 2020 a 2029 (quando o impacto será maior). Antes, era de 2019 a 2028.

Marinho disse que a equipe econômica está pronta para enfrentar o debate na comissão especial e que vai defender a

PREVIDÊNCIA

Oposição vai ao Supremo

JUDICIALIZAÇÃO Os partidos de oposição ingressaram ontem com um mandado de segurança no STF para pedir o cancelamento da sessão da CCJ da Câmara dos Deputados que aprovou a constitucionalidade da reforma.

Governo prepara tropa de choque

AÇÃO NA CÂMARA A deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) afirmou ontem que o governo prepara uma tropa de choque para defender a proposta da reforma na comissão especial que foi instalada ontem na Câmara.

Reforma não vai zerar déficit

PROJEÇÃO O secretário de Previdência, Leonardo Rolim, disse que a proposta de reforma não vai zerar o déficit da Previdência Social, apesar do impacto de R\$ 1,236 tri de economia.

PONTO A PONTO DA ECONOMIA

1

● APOSENTADORIA RURAL

Mudança na idade

R\$ 66,4 bilhões

Mudança na pensão por

morte R\$ 26,1 bilhões

2

● TRABALHADORES URBANOS

Mudança na idade

R\$ 128 bilhões

**Mudança na aposenta-
doria por tempo de con-
tribuição** R\$ 432,9 bil-
hões

Mudança na aposenta- doria por invalidez

R\$ 79,4 bilhões

Mudança na pensão por

morte R\$ 111,7 bilhões

Outras alterações

R\$ 8,2 bilhões

3

● SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO

Economia total prevista

R\$ 224,5 bilhões

4

● MUDANÇAS NO BPC/LOAS IDOSO

Economia total prevista

R\$ 34,8 bilhões

5

● ABONO SALARIAL

Economia total prevista

R\$ 169,9 bilhões

FOLHA DE S.PAULO

Governo abre parte de dados em sigilo e anuncia economia maior com PEC

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

BRASÍLIA Ao refazer os cálculos do impacto da reforma da Previdência, a equipe econômica aumentou a estimativa de corte de despesas públicas em dez anos. A projeção passou de R\$ 1,072 trilhão para R\$ 1,236 trilhão.

A mudança se deu, segundo o governo, porque o cálculo anterior previa uma década a partir de 2019. No atual, o governo estima impacto a partir de 2020, contemplando o tempo de tramitação do texto no Congresso.

O governo estima que a retirada de itens considerados mais difíceis ainda permitiria uma economia de cerca de R\$ 900 bilhões em dez anos com a PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Os cálculos foram revelados após a **Folha** publicar, no domingo (21), reportagem em que mostrava que estudos que embasaram a reforma da Previdência estavam sendo mantidos sob sigilo pelo Ministério da Economia.

O aumento no valor da projeção causou estranheza entre especialistas de contas públicas. A avaliação é que o governo pode ter incluído algumas "gorduras" para fins de negociação política, uma vez que vários itens da reforma terão de ser negociados na comissão especial.

"O governo deveria ter explicado o melhor as premissas em sua apresentação. Todas as projeções são superiores às anteriores. Isso não é um problema, mas é importante que o governo explique as



Todas as projeções apresentadas são superiores às anteriores. Isso não é um problema, mas é importante que o governo explique essas discrepâncias em algum momento

Felipe Salto
diretor da IFI

discrepâncias em algum momento", afirma Felipe Salto, diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado, que tem feito uma série de análises e projeções sobre o impacto fiscal da reforma.

Para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social), por exemplo, inicialmente, o governo previu uma economia de R\$ 715 bilhões em dez anos. Nos dados divulgados nesta quinta, a economia subiu para R\$ 807,9 bilhões. O IFI estima R\$ 670 bilhões.

No caso do BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos miseráveis), integrantes do governo chegaram a anunciar que a economia seria nula, lembra Salto. Após a revisão, foi divulgado que a economia é de R\$ 34,8 bilhões. O IFI projeta R\$ 28,7 bilhões.

"Não vamos mudar nossos

números, porque temos segurança de que fizemos estimativas realistas, mas, independentemente dessas diferenças, é importante observar que o governo ainda prevê uma economia total de R\$ 900 bilhões — e é isso que importa, porque uma redução dessa dimensão teria importante impacto na redução da dívida", diz Salto.

As contas abertas nesta quinta mostram que, se a aposentadoria rural, o BPC, o abono salarial e a previdência de professores forem retirados da proposta, o governo conseguirá manter a meta de economizar, pelo menos, R\$ 800 bilhões, de acordo com o presidente Jair Bolsonaro (PSL). O ministro Paulo Guedes (Economia) defende que a economia não pode ser inferior a R\$ 1 trilhão em dez anos.

Para o secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, "a fala do presidente foi no sentido de respeitar o Parlamento brasileiro". Cabe ao Congresso examinar a proposta de reforma e fazer alterações no texto.

Pelos dados revisados, o item criticado por deputados e que representaria maior renúncia seria a do abono salarial, que significaria uma economia de R\$ 169,4 bilhões. Com a aposentadoria rural, o governo pouparia R\$ 92,4 bilhões.

Excluir regras mais rígidas para aposentadorias de professores da iniciativa privada desidrataria a reforma em mais R\$ 12 bilhões.

Continua na pág. A18

Governo abre parte de dados em sigilo e anuncia economia maior com PEC

Continuação da pág. A17

O impacto dos professores do setor público da União seria de R\$ 9,4 bilhões. O cálculo para professores de estados e municípios não foi detalhado.

Nos dados apresentados, o governo indicou apenas o valor total de R\$ 22,4,5 bilhões no regime próprio de previdência da União, mas não detalhou isso por carreiras.

Líderes que representam a maioria da Câmara já se posicionaram contra as mudanças no BPC, ao endurecimento dos critérios para aposentadoria rural e dispositivos que retiram da Constituição regras previdenciárias.

Além disso, partidos independentes ao governo querem excluir da proposta as alterações para receber o abono salarial, pago a trabalhadores de baixa renda. Esse trecho já foi alvo de negociação, mas a equipe econômica conseguiu convencer parlamentares a adiar a discussão do tema para a comissão especial da reforma, instalada nesta quinta (25).

Marinho repetiu que o governo vai defender que a PEC, enviada por Bolsonaro, seja preservada. Por isso, o secretário vai à comissão explicar cada trecho da reforma.

Sobre a pressão para manter as regras atuais para o BPC, o secretário disse que irá debater o assunto "respeitando aqueles que pensam diferente".

Mesmo no PSL, partido de Bolsonaro, há deputados que querem alterar o texto. A ideia é aliviar a reforma para a área de segurança pública.

O impacto das medidas para policiais federais e rodoviários federais seria de R\$ 4,5 bilhões. Para agentes penitenciários, o efeito seria de R\$ 11,2 bilhões. No entanto, esse movimento em defesa da área de segurança ainda não representa maioria da Câmara.

Guedes afirma que, com uma economia inferior a R\$ 1 trilhão, não seria possível substituir o regime de Previdência, como defende o ministro. Ele quer que o sistema no Brasil seja o de capitalização, no qual cada trabalhador faz a própria poupança para bancar a aposentadoria.

Líderes de partidos independentes ao governo pressionavam o Ministério da Economia a detalhar como foi feito esse cálculo. Com isso, enviaram até mesmo requerimentos de informações, que não eram respondidos.

Reportagem publicada pela Folha mostrou que o governo blindou esses documen-



“É sempre mais fácil fazer mudanças em períodos de abundância. Mas nós só mudamos na crise”

Fernando Henrique Cardoso
ex-presidente

Marinho negou que o ministro tenha mudado de posição, pois já prometia entregar as informações à comissão especial da Câmara que vai analisar a proposta de reforma da Previdência.

“Nós não estamos alterando a nossa posição desde a entrega do projeto.”

No entanto, a equipe econômica prometia a apresentação dos números em audiência pública na comissão — e não no mesmo dia em que o colegiado fosse instalado.

Marinho mostrou os dados a líderes de partidos e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos principais fiadores da reforma da Previdência. Maia ressaltou que apenas parte dos dados foram abertos.

Talita Fernandes, Gustavo Uribe e Danielle Brant e Alexa Salomão

Câmara instala comissão especial e inicia tramitação

Angela Boldrini e Thiago Resende

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados iniciou nesta quinta-feira (25) a segunda fase da tramitação da reforma da Previdência, instalando a comissão especial que analisará o conteúdo da proposta.

A presidência do colegiado será do centrão, com Marcelo Ramos (PR-AM), e a relatoria ficará com o tucano Samuel Moreira (PSDB-SP), próximo ao secretário especial da Previdência, Rogério Marinho.

“Vou me aprofundar nos dados [apresentados pelo governo] para apresentar um plano de trabalho na primeira reunião”, disse Moreira.

Nesta fase, a proposta será analisada quanto ao mérito. A principal preocupação de defensores do projeto é tentar evitar que ela seja muito desidratada.

Reforma combate desigualdade, diz Armínio Fraga

Fernando Canzian

SÃO PAULO Reformar a Previdência é uma das condições para reequilibrar as contas públicas e, de quebra, atacar a de-

entre ricos e pobres, no entanto, o país precisa também de uma agenda que inclua a reforma do Estado.

A opinião é do economista e ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga.

Em seminário sobre a desigualdade social brasileira na Fundação Fernando Henrique Cardoso nesta quinta-feira (25), ele defendeu que o combate às disparidades de renda é fundamental também para acelerar o crescimento econômico.

Fraga afirma que a desigualdade no Brasil é uma espécie de “veneno” em razão de sua origem, calcada na escravidão.

Outras causas mais contemporâneas seriam a falta de foco na educação; o patrimonialismo de Estado, onde não há distinção entre o público e o privado; a falta de concorrência empresarial; e a existência de instituições “excludentes”, que favorecem pequenos grupos.

Fraga afirma que é necessário ao país eliminar o que chamou de “captura do Estado” por esses grupos de interesse.

Eles se apropriariam de recursos públicos via empréstimos subsidiados do BNDES, por meio de contratos com o setor estatal e pela via da desoneração de impostos.

Fraga defendeu ainda uma reforma tributária que diminua o peso de impostos sobre salários e aumente ou crie alíquotas para ganhos financeiros.

Ele disse que o Estado deve ter um papel fundamental no combate às desigualdades e que, no caso brasileiro, a Constituição de 1988 foi nesse caminho ao universalizar o atendimento de saúde e educação.

Os governos FHC (1995-2002), no qual Fraga participou como presidente do Banco Central, também teriam adotado políticas para minimizar os efeitos da desigualdade; e elas teriam sido continuadas nos governos Lula (2003-2010).

Quando lhe foi perguntado se vê chances de o governo Jair Bolsonaro (PSL) tocar uma agenda de reformas que ataque diretamente a questão da desigualdade, Fraga disse que elas são “baixíssimas”.

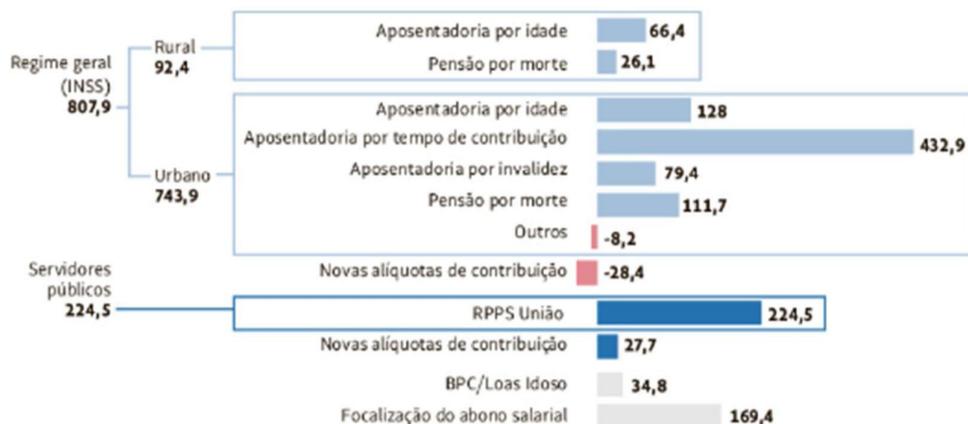
Para o ex-presidente FHC, fazer reformas como a da Previdência ou do Estado é sempre muito difícil.

No entanto, ele ponderou que o país tem avançado ao longo dos últimos anos. “É sempre mais fácil fazer mudanças em períodos de abundância. Mas nós só mudamos na crise”, disse.

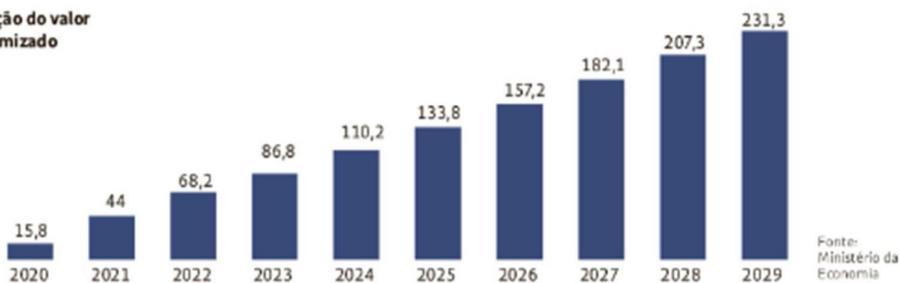
Economia prevista de 2020 a 2029

Em R\$ bilhões

Total: **1,24 trilhão**



Evolução do valor economizado



Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 25/04/2019	Página: A17

FOLHA DE S.PAULO

STF amplia em R\$ 16 bi por ano subsídio à Zona Franca de Manaus

Empresa que adquirir insumo terá crédito de IPI mesmo sem ter pago o imposto

25.abr.2019 às 18h24 Atualizado: 25.abr.2019 às 21h28

Reynaldo Turollo Jr.
Brasília

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por 6 votos a 4, que empresas localizadas fora da Zona Franca de Manaus, mas que adquirirem insumos em sua área de abrangência, terão direito de abater de seus impostos créditos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que não foi pago na compra dos materiais, porque a Zona Franca tem isenção.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a ampliação do subsídio para a região tem grande impacto nas contas da União. A renúncia fiscal é estimada em R\$ 16 bilhões por ano.

O STF julgou nesta quinta-feira (25) um recurso extraordinário da União contra uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que beneficiou uma empresa (Morlan S/A) com os créditos por produtos adquiridos na Zona Franca.

O recurso tem repercussão geral, o que significa que o resultado do julgamento vale para todos os casos semelhantes. Em geral, uma empresa abate de seus impostos o que foi pago de imposto na etapa anterior. Com a decisão do Supremo, criou-se uma exceção para empresas que comprarem insumos da Zona Franca de Manaus —elas terão o crédito sem ter pago o imposto anteriormente.

A maioria dos ministros entendeu que a região, de difícil acesso e distante dos grandes centros do país, necessita de incentivos para se desenvolver. O relator do processo, ministro Marco Aurélio, votou a favor da União, e foi seguido por Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

Já os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Dias Toffoli consideraram que, sem o benefício, as empresas poderão preferir comprar insumos de outros estados, prejudicando o Amazonas. O ministro Gilmar Mendes não participou da sessão.

A procuradora da Fazenda Nacional Luciana Moreira, que acompanhou o julgamento, considerou a decisão “um grande retrocesso”. “É um benefício que não vai para a Zona Franca. Vai para quem compra insumos da Zona Franca e está fora dela. É um incentivo bancado pela União”, afirmou.

De acordo com o procurador da Fazenda Claudio Seefelder Filho, que também atuou no processo, a decisão pode levar empresas a passar a comprar insumos na Zona Franca para se creditar, o que pode aumentar exponencialmente o aumento do subsídio.

Há estudos que, segundo Seefelder Filho, indicam que a decisão pode ser “um tiro no pé” para a região, pois as fábricas com serviços especializados e salários mais altos poderão se sentir incentivadas a sair dali para produzir em São Paulo e no Rio de Janeiro, deixando na Zona Franca somente a produção de insumos.

Para o procurador, os benefícios já existentes na lei —como isenção de IPI e desconto de 90% no Imposto de Renda— são suficientes para estimular a instalação de empresas na Zona Franca.

“Esse [benefício] que foi conferido hoje, de certa forma, limita a Zona Franca a insumos, porque o interessante será ter uma parte da fábrica ali e vender para uma fora. Você acaba vendendo crédito. Construíram um benefício via Poder Judiciário”, disse.

Já para Marcelo Campos, presidente da Academia Brasileira de Direito Tributário, o resultado do julgamento reafirma a importância de um modelo de desenvolvimento exitoso.

"Retirar a possibilidade de creditamento implicaria em sabotar as empresas que acreditaram nesse modelo, pois lhes estaria sendo retirada qualquer possibilidade de competição com outras empresas situadas nas proximidades dos grandes centros de consumo", disse.

"A análise de números apocalípticos sobre eventual perda de arrecadação deve ser temperada pela consciência de que, do enfrentamento da questão pelo Supremo, restou a conclusão que esses valores nunca foram de titularidade do Estado. Não se pode perder algo que constitucionalmente nunca lhe pertenceu."

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 26/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Novo benefício na Zona Franca deixará país R\$ 16 bi mais pobre

STF aceitou a tese de que IPI não pago em Manaus dá direito a crédito tributário

26.abr.2019 às 2h00

Marcos Mendes

São Paulo

O [STF aceitou a tese de que IPI não pago na Zona Franca de Manaus](#) dá direito a crédito tributário para as empresas de fora da Zona Franca que lá adquirirem insumos. Isso fará com que insumos produzidos na Zona Franca fiquem mais baratos que insumos produzidos em outras regiões do país. Trata-se de benefício fiscal adicional aos que historicamente já existem. Não me credencio para discutir as questões jurídicas que levaram à decisão. Mas do ponto de vista econômico, são muitas as consequências negativas. Em primeiro lugar, há grande estímulo a fraude fiscal.

Uma empresa cria uma subsidiária na Zona Franca, para lá produzir parte dos seus insumos. A subsidiária vende o insumo para a matriz por valor superfaturado. Com isso, cria grande volume de créditos. A Zona Franca se transformará em um polo de fabricação de créditos tributários.

Em segundo lugar, haverá distorção competitiva. Só grandes empresas conseguem montar a logística descrita acima. Empresas menores terão que comprar seus insumos próximo do local de produção, sem a vantagem da isenção. Ponto para os cartéis e a concentração de mercado. A produtividade e competitividade da economia também vão cair. Havendo a hipótese de comprar um insumo de melhor qualidade fora da Zona Franca, as empresas preferirão ficar com o insumo pior, para continuar fabricando créditos tributários.

O custo disso será, de acordo com a Receita Federal, de R\$ 16 bilhões por ano. Com esse valor, seria possível aumentar em 50% o programa Bolsa Família ou em 60% os investimentos federais em infraestrutura. Mas o dinheiro irá para algumas poucas empresas.

A decisão do STF foi de encontro a decisões anteriores do próprio tribunal, que não admitem créditos tributários quando o IPI não tiver sido efetivamente pago na etapa anterior. Um dos argumentos usados para embasar a nova decisão é de que favorecer a Zona Franca significa preservar a Floresta Amazônica, em um inocente argumento de que se ali não houvesse indústrias, as pessoas iriam destruir a floresta para poder sobreviver.

Esse argumento não faz sentido. Recente trabalho da Fundação Getúlio Vargas estima que se a mão de obra empregada na Zona Franca dobrasse (o que exigiria dobrar os incentivos de R\$ 25 bilhões ao ano para R\$ 50 bilhões ap ano), o desmatamento anual cairia irrisório 0,6%. Certamente há formas mais baratas de prevenir o desmatamento.

Apenas a título de comparação, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente está em torno de R\$ 4 bilhões, para cuidar não só da Amazônia, mas de todo o país. Que tal investir mais em monitoramento, fiscalização e outros métodos de comprovada eficácia?

Marcos Mendes é doutor em economia, aturo de "Por que o Brasil cresce pouco?"

FOLHA DE S.PAULO

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelisa@grupofolha.com.br

É mais para cima

A Receita Federal estima em R\$ 18 bilhões os custos adicionais provocados pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que nesta quinta (25) permitiu a expansão do subsídio à Zona Franca de Manaus. Os cálculos são do secretário especial da Receita, Marcos Cintra, e superam os R\$ 16 bilhões por ano de renúncia fiscal estimados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. "Significa um benefício adicional que vai, evidentemente, pressionar o caixa do Tesouro", diz.

SURPRESA Trata-se de insegurança jurídica, na opinião do secretário da Receita. "Não foi planejado como tal e vai ter que implicar a redução de algum outro gasto."

ISENÇÃO Pela decisão, empresas localizadas fora da Zona Franca, mas que adquirirem insumos em sua área de abrangência, poderão abater de seus impostos créditos de IPI que não foram pagos na compra dos materiais, porque a Zona Franca tem isenção.

JÁ ESTAVA DIFÍCIL Para Cintra, a ampliação do subsídio agrava o quadro da já difícil situação fiscal do país. Ele afirma que, sendo decisão da Justiça, tem de ser respeitada, mas não é saudável que esse tipo de mudança aconteça repentinamente.

SEM PLANEJAMENTO "Essa é tipicamente uma dessas situações de insegurança jurídica no país, em que nem mesmo o governo consegue planejar as suas ações em função de decisões, às vezes, inesperadas", disse Cintra.

PREOCUPAÇÃO Serão necessários ajustes, segundo ele. "Estamos preocupados. Vamos cumprir. Mas não é uma situação que gostaríamos de ver ocorrendo novamente com a frequência que ocorre no Brasil."

BATALHA NA FLORESTA Em nova jogada, a Amazon enviou comunicado à Ican, organização que designa endereços na web, para acelerar a conclusão sobre o caso em que disputa com países da Amazônia o domínio 'amazon'.

FAÍSCA A gigante diz que "nem a OTCA nem qualquer um de seus Estados-membros articulou uma base bem fundamentada e baseada em méritos" para que a Ican negue o domínio à ela. A discussão, iniciada há sete anos, ganhou fôlego em março, quando a Ican deu quatro semanas para que as partes encontrassem uma solução mútua.

PRESSA "Sempre achamos o prazo curto. São oito países, é um processo intergovernamental complexo, contra a decisão de um só", diz o embaixador Achilles Zaluar Neto. A proposta da OTCA é de gestão compartilhada do domínio.

DEFINIDA O leilão das fatias da Avianca Brasil, previsto para 7 de maio, já tem empresa contratada, a Mega Leilões. A praxe é que a responsável pelo pregão seja remunerada com 5% a 15% dos arremates. Mas na Avianca, a leiloeira receberá um valor fixo, diz o diretor da Mega, Carlos Leite Neto. A Avianca não se pronunciou.

PRECOCE Metade dos alunos que deixam o ensino superi.

FOLHA DE S.PAULO

Prévia da inflação dispara e supera a meta

Pressionado pela alta dos combustíveis e dos alimentos, IPCA-15 avança 0,72% em abril e atinge 4,71% em 12 meses

SÃO PAULO A prévia da inflação oficial brasileira acelerou com força em abril sob pressão dos preços de transportes, com destaque para a gasolina. A alta de 0,72% foi o maior crescimento para o mês de abril desde 2015 (1,07%).

O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) de abril superou a expectativa de pesquisa da Reuters de 2,69% e ocorreu após avanço de 0,54% em março. O resultado é o mais forte desde junho, quando chegou a 1,1% impactado pela paralisação dos caminhoneiros.

O indicador também passou a subir 4,71% no acumulado em 12 meses até abril, de 4,88% no mês anterior. A expectativa era de avanço de 4,66%.

Assim, chega ao maior patamar desde março de 2017 (4,73%) e supera a meta oficial de inflação do governo para 2019 — 4,25% pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A maior influência do índice de abril partiu dos preços de transportes, que subiram 1,31% em abril e registraram a maior variação no mês, além do maior impacto sobre o índice, de 0,24 ponto percentual. A alta de 3% dos combustíveis foi o principal

motivo para o impacto, com de destaque para o aumento de 3,22% nos preços da gasolina.

O segmento Alimentação e Bebidas, com importante peso sobre o bolso do consumidor, teve alta de 0,92%, mas mostrou desaceleração sobre a taxa de 1,28% vista no mês passado.

O grupo Saúde e Cuidados pessoais apresentou avanço de 1,13%. Juntos, esses três grupos responderam por cerca de 85% do IPCA-15 de abril.

Segundo o Banco Central, a inflação acumulada e 12 meses atingirá um pico em torno de abril ou maio, para depois recuar para patamar abaixo do centro da meta deste ano.

Ainda assim, as perspectivas para a inflação são confortáveis, diante de uma economia que ainda se arrasta e do alto nível de desemprego, porém a fraqueza da atividade já levanta questionamentos sobre o futuro da taxa básica de juros Selic.

A pesquisa Focus realizada pelo BC mostra que a expectativa é de que a Selic permaneça em 6,5% até o fim deste ano. Os economistas consultados no levantamento estimam que a inflação terminará este ano a 4,0%, e a 4,00% em 2020.

A metodologia utilizada para calcular o IPCA 15 é a mesma do IPCA. A diferença está no período de coleta dos preços e na abrangência geográfica.

Reuters

Preços em ascensão

3,22%	27,84%
foi a alta da gasolina em abril	foi o aumento do tomate
2,74%	13,44%
foi o aumento do etanol	foi quanto subiu a cebola
5,54%	-2,38%
foi a variação das passagens aéreas	foi a queda do feijão-carioca, após alta de 41,44% em março

JACUNDA AMBIENTAL S.P.E. S/A			
CNPJ nº 32.085.211/0001-90			
Demonstrações Contábeis			
Balança patrimonial em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)		Demonstração do fluxo de caixa	
2018	2018	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)	
Ativo	Passivo e patrimônio líquido	(+) Prejuízo do exercício	
Circulante	Circulante	Aumento das contas de ativos e passivos	
26	34	2018	
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores	(88)	
20	1	Aumento de ativos por meio de recebimento	
Outros créditos a receber	Outros créditos a pagar	Aumento de aplicações financeiras	
26	33	Aumento de outros créditos a pagar	
Total do ativo	Patrimônio líquido	Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	
52	29	(46)	
Capital social	Reservas acumuladas	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
33	(57)	Contribuição do capital social	
Total do passivo e do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente	Cálculo líquido proveniente das atividades de investimentos	
52	29	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)	Caixa no início do período	
Despesas operacionais	2018	20	
Serviço e administrativas	(86)	Caixa no final do período	
Despesas financeiras	(64)	20	
Despesas tributárias	(1)	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	
Resultado antes do IR/CSLL	(91)	30	
Prejuízo do Exercício	(92)	30	
Demonstração do mutação do patrimônio líquido		Dividendos	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)		R\$ 200,00	
Saldo em 01 de outubro de 2018	Capital	Reserva Contábil	
200	Capital e Capital (reclassificados)	Comissão	
Integração de capital social	200	Lucro Retido de 2018	
Prejuízo do exercício	(92)	CRC 25.227/91210-0	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	200	(92)	

Fundação Zerbini
CNPJ 10.844.053/0001-13

Atos de Exerce

A Fundação Zerbini temo pública e "OSCIP" no processo através para a Unidade do Rio de Janeiro de empresa especializada no fornecimento de material e mão de obra para a construção de reforma do RS. Contato - Tânia - São Paulo - onde temos a intenção de manter uma rede de trabalho realizado em 2018/2019, manter uma rede de trabalho em 2019/2020. Este trabalho será realizado no endereço: Rua São Carlos, 100 - São Paulo, SP - 01308-000 - Vinte e Nove e Sete e Nove.

CÂMERA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Coritiba o público interessado a participar da Comissão Pública que este Conselho municipal de São Paulo para a elaboração e aprovação de projetos de lei e outras medidas de interesse da população, deverá apresentar-se ao Conselho Municipal de São Paulo, Rua São Carlos, 100 - São Paulo, SP - 01308-000 - Vinte e Nove e Sete e Nove.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORITIBA

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Agrofolha
Data: 25/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Análise: Agronegócio sustenta economia no país

MAURO ZAFALON

25/04/2019 19h00

A recuperação econômica que se esperava para este ano ainda não deu sinal de vida, mas nem tudo são sombras. O [agronegócio](#), mais uma vez, vai segurar as pontas e impedir recuos ainda maiores na atividade econômica.

A safra de grãos deste ano, embora ainda esteja indefinida, volta a aumentar e já é certo que vai superar as previsões iniciais de produção.

A soja e o milho, os dois carros-chefes do [setor](#), estão entre as boas notícias do segmento agrícola: seus números vêm sendo revisados para cima por várias consultorias, após previsões iniciais de produção um tanto acanhadas.

Neste ano, diferentemente do ano passado, quando a soja reinou quase sozinha, atingindo recordes de produção e de exportação, já se vê uma pulverização dos segmentos com condições melhores. As carnes e o algodão, por exemplo, já estão na lista de produtos com bom desempenho.

Caso sejam aprovadas medidas econômicas que reativem a economia, as carnes (bovina, de frango e suína) poderão ter uma melhora na demanda interna.

A ajuda maior para a proteína animal, no entanto, virá de fora, principalmente da China. O país amplia, ano a ano, as compras no Brasil, não só elevando os volumes como também diversificando a pauta de importações.

Após liderarem as compras de soja do Brasil por vários anos, os chineses já mostraram que têm apetite para ir além. Já estão entre os principais importadores não só de carne (bovina, de frango e suína) como também de algodão, celulose e até de suco de laranja concentrado.

Esse avanço do agronegócio brasileiro em várias frentes traz uma boa dinâmica para o mercado interno. Há um aumento não só de pequenas indústrias, como as de suco de laranja, mas também de grandes grupos de proteínas com foco na exportação.

A constante evolução das safras de grãos, o aumento de área das florestas plantadas e o crescimento da produção de carnes movimentam uma cadeia de setores ligados ao agronegócio, como o de insumos, o de agrosserviços, o de maquinário agrícola e a agroindústria como um todo.

As vendas de máquinas agrícolas espelham esses números neste ano. No primeiro trimestre, as vendas no setor subiram 24% em relação às de 2018. A comercialização de colheitadeiras, mais intensa ainda, aumentou 58% no mesmo período, prova de que há bons ventos no horizonte.

26/04/2019 - 05:00

Alta do IPCA-15 surpreende em abril, mas inflação não preocupa

Por Ana Conceição e Bruno Villas Boas

O aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos levou a prévia da inflação oficial brasileira registrar em abril a maior taxa desde o impacto causado pela greve dos caminhoneiros no ano passado. Apesar disso, economistas avaliam que a alta, maior que a esperada, é pontual e não deve romper a meta de 4,25% definida para o fim deste ano.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) acelerou para 0,72% em abril, ante 0,54% em março, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Economistas esperavam avanço de 0,67%. Foi a maior alta desde junho do ano passado (1,11%). Considerando apenas o mês de abril, foi a maior taxa desde 2015 (1,07%). Em 12 meses, a inflação acumulada subiu de 4,18% para 4,71%.



André Braz: "A economia está com dificuldades de reagir. A baixa da Selic não foi suficiente para ativar o consumo"

O IPCA-15 de abril veio acima do esperado porque a desaceleração na alta dos alimentos foi mais fraca que a esperada. Alimentação no domicílio saiu de 1,91% em março para 1,43%. Até o fim do mês, contudo, essa decompressão deve se intensificar, fazendo o IPCA fechar o mês entre 0,55% e 0,60%, segundo André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). "Os preços ao produtor já mostram isso."

A alta de preço da gasolina também deve ceder. O combustível subiu 3,32% e sozinho foi responsável por 0,14 ponto do 0,72% do IPCA. "A variação da gasolina deve ter chegado a seu ponto máximo [no mês]", diz Braz.

Por fim, o preço dos medicamentos deve continuar a subir por causa do reajuste autorizado em 31 de março, de 4,33%. Passada essa fase de reajustes e alimentos mais caros, Braz vê a inflação cedendo a partir de maio para terminar o ano em 3,9%.

Acelera

IPCA-15 sobe além do esperado em abril



Ainda no front dos administrados, alguma surpresa ocorreu nas tarifas de transportes públicos, que dependem da agenda de políticas locais, observa Carlos Pedroso, economista do Banco MUFG Brasil. Segundo o IBGE, houve aumento nas tarifas de ônibus urbanos de Porto Alegre, Curitiba, Salvador e Recife. Porto Alegre também subiu a passagem de trem, e o metrô ficou mais caro no Rio de Janeiro.

No mais, o IPCA-15 veio dentro do script, segundo Pedroso, com pressões concentradas em transporte, alimentos e saúde. O banco estima que o IPCA

"cheio" do mês fique em torno de 0,70%, e o do ano, em 4%.

Para a Parallaxis, os combustíveis podem ainda ser fonte de preocupação, mas a grande ociosidade da economia deve manter a inflação comportada. A consultoria estima o IPCA de 2019 em 3,8%.

A fraqueza da demanda é explicitada pela alimentação fora de casa - importante componente da inflação de serviços -, cuja variação veio zerada no IPCA-15 de abril. Outro quesito, os bens duráveis registram inflação muito baixa em 12 meses já há algum tempo. "A economia está com dificuldades de reagir. A baixa da Selic não foi suficiente para ativar o consumo", diz Braz, do Ibre-FGV, lembrando que o mercado de trabalho, com seus 13 milhões de desempregados, também contribuiu para o enfraquecimento da demanda.

Outro conforto para a inflação são os núcleos. O Banco Safra revisou a estimativa para a alta do IPCA de abril de 0,56% para 0,61%, mas a projeção para o ano segue em 3,6% devido às medidas que procuram excluir ou reduzir a influência dos itens mais voláteis. "O comportamento dos núcleos, em patamares considerados muito baixos, não gera preocupações", diz o banco.

A média de sete núcleos calculada pelo Goldman Sachs, subiu de 0,24% para 0,40% de março para abril, e em 12 meses avançou de 3,1% para 3,32%, um nível ainda distante da meta de 4,25%. A instituição chama atenção para a baixa da inflação de serviços, de 0,34% para 0,23%. "A despeito das taxas maiores que as esperadas em março e em abril, a inflação e seus núcleos continuam confortáveis. Isso é ainda mais notável quando se leva em conta que a alimentação no domicílio acelerou de queda de 4,4% para alta 9% [em 12 meses] no último ano", diz Alberto Ramos, diretor de pesquisa do banco.

A alta do dólar para níveis próximos de R\$ 4 não deve afetar a inflação, segundo os economistas, pois deve ser temporária. Pedroso, do MUFJ, diz ser prematuro avaliar um impacto na inflação. "Se continuar próximo de R\$ 4 por mais tempo, poderá haver algum repasse aos preços, mas será pequeno."

26/04/2019 - 05:00

Comércio em queda leva transações correntes a déficit de US\$ 494 milhões

Por Alex Ribeiro e Isabel Versiani

As transações correntes do balanço de pagamento registraram déficit de US\$ 494 milhões em março, contrariando a expectativa do Banco Central, que esperava superávit de US\$ 2 bilhões no mês. Mesmo assim, o resultado nas contas externas acumulado em 12 meses voltou a cair.

O chefe adjunto do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Lemos, afirmou que a disparidade entre o déficit previsto e ocorrido reflete uma mudança no comportamento da balança comercial ao longo do mês passado, com queda das exportações na segunda quinzena. "Nossa estimativa é baseada no ocorrido", afirmou Lemos.

No negativo

Déficit em transações correntes ganha força no 1º trimestre

■ Resultado das transações correntes, em US\$ bilhões



Embora tenha contrariado as previsões, o déficit de março foi menor do que o os US\$ 666 milhões apurados no mesmo mês de 2018. Assim, o déficit em transações correntes acumulado em 12 meses recuou levemente, de 0,74% do Produto Interno Bruto (PIB) em fevereiro para 0,73% do PIB em março.

Nesse patamar, o déficit em conta corrente é relativamente pequeno. Economistas costumam afirmar que, de forma geral, países emergentes são capazes de financiar déficits em conta corrente de até cerca de 3% do PIB. O lado negativo do déficit contido é que o Brasil está deixando de atrair

poupança externa para financiar investimentos.

Até meados do ano passado, o déficit vinha numa trajetória de crescimento gradual. Essa tendência se reverteu a partir de agosto, em virtude da desvalorização cambial e no arrefecimento do ritmo de recuperação da atividade econômica.

Para abril, o Banco Central estima um déficit zero em transações correntes. Caso esse número se confirme, o resultado acumulado em 12 meses deverá se manter praticamente estável, já quem em abril de 2018 foi observado um pequeno déficit, de US\$ 61 milhões.

Em março, dois dos três principais componentes do resultado em transações correntes apresentaram melhora. O déficit em serviços teve um recuo de 25%, passando de US\$ 2,776 bilhões em março de 2018 para US\$ 2,066 bilhões em março de 2019.

O déficit nas transferências de rendas primárias teve um recuo de 19%, de US\$ 4,029 bilhões para US\$ 3,256 bilhões. O superávit comercial, porém, encolheu de um período para outro, de US\$ 5,963 bilhões para US\$ 4,536 bilhões, em virtude sobretudo do recuo nas exportações de produtos manufaturados.

Nos serviços, houve queda nos gastos com viagens internacionais. Os turistas brasileiros gastaram US\$ 1,325 bilhão em março, queda de 13% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Essa despesa é fortemente influenciada pela alta do dólar, cuja cotação média passou de R\$ 3,23 para R\$ 3,85 entre um período e outro.

Entre os itens da conta de rendas primárias, houve uma queda de 29% nas remessas líquida de lucros e dividendos, que ficaram em US\$ 2,162 bilhões em março. As remessas de lucros e dividendos costumam cair com a alta do dólar e atividade econômica mais fraca. As despesas líquidas com juros da dívida externa somaram US\$ 1,112 bilhão em março, ante US\$

1,005 bilhão no mesmo período do ano anterior.

O déficit em transações correntes, de US\$ 494 milhões, foi financiado com folga pelos ingressos de investimentos diretos (IDP) no país, que somaram US\$ 6,846 bilhões. Com US\$ 88,508 bilhões acumulados em 12 meses, os ingressos de IDP representaram 4,72% do PIB em março, mais do que seis vezes o déficit em transações correntes observado no período. O Banco Central projeta um ingresso de US\$ 5,5 bilhões em IDP em abril.

O destaque negativo na conta de capitais foi uma taxa de rolagem de apenas 45% dos empréstimos e financiamentos de longo prazo. Lemos pondera que o baixo percentual se deve à alta concentração de vencimentos da dívida no mês, que chegou a US\$ 3,2 bilhões. "Não parece de forma nenhuma que [a rolagem de 45%] reflete uma tendência", disse. Os dados parciais de abril, até o dia 23, apontam uma taxa de rolagem de 33%.